



GESTÃO PARADOXAL E AS VIOLÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO TRAVESTIDAS DE ASSÉDIOS NA UNIVERSIDADE

PARADOXAL MANAGEMENT AND THE VIOLENCE OF NEOLIBERALISM DISGUISED AS HARASSMENT FORMS AT THE UNIVERSITY

Kézia Sousa Lima¹
Ronaldo Gomes-Souza²

Resumo: O objetivo deste ensaio é promover reflexões críticas sobre a gestão paradoxal e as violências do sistema político-econômico neoliberal globalizante travestidas de assédios na universidade e como essas configurações impactam, principalmente, a saúde psíquica (mental), dos sujeitos que constituem o contexto acadêmico. A partir do método de leitura científica, foram evidenciadas críticas e reflexões sobre o desencadeamento das violências do sistema político-econômico neoliberal globalizante, que forjam modelos de gestão paradoxais e se revelam em forma de assédios, ressaltando práticas vexatórias e adoecedoras no contexto acadêmico. Contexto este que adota o discurso da iniciativa privada, mercantilizando as práticas de ensino, pesquisa e extensão no ensino superior, impactando negativamente nos processos de subjetivação, nas dimensões políticas e de direitos, na dignidade e saúde mental que constituem as dinâmicas e agentes do trabalho acadêmico. Conclui-se que há a necessidade de estudos e práticas acompanharem a complexidade que constitui o trabalho acadêmico (e todos os seus agentes), atravessado por gestão paradoxal e marcado por violências travestidas de assédios, advindos da lógica do sistema capitalista, e avancarem em prol de mais dignidade e saúde na universidade.

Palavras-chave: Assédios. Saúde mental. Universidades. Neoliberalismo.

Abstract: The objective of this essay is to promote critical reflections on paradoxical management and violence of the globalizing neoliberal political-economic system disguised as harassment at the university and how these configurations impact, mainly, the psychic (mental) health of the subjects that constitute the academic context. Using the scientific reading method, criticism and reflections on the triggering of violence in globalizing neoliberal political-economic system, which forge paradoxical management models and reveal themselves in form of harassment, highlighting vexatious and sickening practices in the academic context. This context adopts the discourse of

¹ Psicóloga. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Roraima. Especialista em Recursos Humanos 4.0 pelo Instituto de Graduação e Pós-Graduação. Mestranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas. Professora na Faculdade Santa Teresa. ORCID: 0000-0002-2704-1705. E-mail: kezia.ufam@gmail.com

² Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília, pós doutor na Universidade de São Paulo. Professor, pesquisador e extensionista na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), lotado na Faculdade de Psicologia e credenciado enquanto professor permanente no Programa de Pós-graduação em Psicologia. Um dos coordenadores do Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde; membro do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde e psicólogo do trabalho na Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Moral no Trabalho da UFAM. ORCID: 0000-0002-4349-2688 E-mail: ronaldopsicologo@ufam.edu.br

the private sector, commodifying the practices of teaching, research and extension in higher education, negatively impacting the processes of subjectivation, in the political and rights dimensions, in the dignity and mental health that constitute the dynamics and agents of academic work. It is concluded that there is a need to studies and practices keep up with the complexity that constitutes academic work (and all its agents), crossed by paradoxical management and marked by violence disguised as harassment, arising from the logic of the capitalist system, and advance in favor of more dignity and health at the university.

Keywords: Harassment. Mental health. Universities. Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

O contexto contemporâneo de Instituições de Ensino Superior (IES) é marcado por uma lógica produtivista, pautada nos princípios político-econômicos capitalistas, moldando estilos de gestão paradoxais e violentos, adoecendo os servidores técnicos, professores, estudantes, bem como os trabalhadores terceirizados. Tais práticas nas universidades expressam uma profunda necessidade de nos apropriarmos das nefastas influências neoliberais nas ações de ensino, pesquisa e extensão, que integram a academia, e impactam negativamente na dignidade e, principalmente, na saúde psíquica (mental) de todos os envolvidos (Bechi, 2011; Rodrigues, Perez e Brun, 2021; Santos, et al., 2016).

O próprio Bourdieu (2011), já na década de 60, na França, identificou e descreveu essa singularidade de produtivismo da academia que discutimos na atualidade, na qual o seu real papel e identidade de formar cidadãos e promover transformações e melhorias sociais através da ciência, é colocada à prova, frente aos interesses neoliberais de conceber o valor das universidades medido pelo quanto ela produz em quantidade (Almeida Filho, 2016; Ferreira, 2012). Para tanto, Bourdieu (2011) cunha o termo "*homo academicus*", caracterizando as particularidades do mundo acadêmico enquanto um espaço de competição, forjando novos critérios, modelos de gestão, controle e avaliação, padrões de produção e qualidade, ranqueando as Instituições de Ensino Superior, de forma global, com princípios de mercado, de negócios, de vender os produtos dos cursos e programas das universidades, produzidos em série (Almeida et al., 2021; Almeida Filho, 2016; Silva e Gomes, 2023).

Neste sentido, travestida de condutas assediosas, em prol da garantia de suas mercadorias, produtos, os "*homo academicus*" (Ferreira, 2012) das universidades, pressionados por uma lógica neoliberal globalizante (Alves, 2011, Gomes-Souza e Tramontano, 2023) adotam estratégias contraditórias que se aproximam mais de instituições privadas (empresas),

preocupadas com o lucro, quantidade, produtivismo e sua imagem de excelência perante as outras universidades a nível regional, nacional e internacional (Bechi, 2011)

Para atender as demandas políticas e econômicas dentro de tal cenário, tem sido crescente as queixas de assédio, principalmente moral, nas universidades, bem como o adoecimento psíquico de servidores e estudantes, tanto no sistema de ensino, extensão e projetos de pesquisa na graduação quanto na pós-graduação *stricto sensu*. Há a defesa de sobrecarga no trabalho, cobrança por resultados, estipulação de metas e quantidade de produção, publicação e produtos feitos pelos programas, interferindo em estratégias de controle, cobranças e fiscalizações interpessoais e institucionais, modificando a organização do trabalho acadêmico, reduzindo-os e resumindo-os em números. São critérios hegemônicos e norte-globais que são reproduzidos no Brasil, estipulados e normatizados pelo Ministério da Educação (MEC) na graduação e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na pós (Motta e Pimentel, 2023; Nunes e Torga, 2020; Silva et al., 2023).

Assim, toda a produtividade que, a priori, deveria ser pautada em bens imateriais e permanentes para a formação cidadã e atuação profissional constituídas por conhecimento científico está reduzida à uma lógica produtivista: a produção por produção, pela quantidade, pela competição, pelo ranqueamento, para mostrar qual é a melhor, a que faz mais, mediadas por estratégias de gestão hostil para que os resultados esperados sejam alcançados, dentro do controle de qualidade considerado pelas instituições que as regulam, fiscalizam e controlam o ensino, extensão e pesquisa, gerando mal-estar e adoecimento (Dias, Siqueira e Medeiros, 2019; Marqueze e Moreno, 2020).

Organização do trabalho esta concebida como o conjunto de prescrições e elementos materiais e imateriais que compõem e orientam o real do trabalho, que avaliam e mede os cursos e programas com os mesmos instrumentos, sem levar em consideração as condições reais do trabalho acadêmico nas singularidades históricas, culturais, geopolíticas, econômicas e sociais tanto das diferentes regiões do Brasil, como das áreas de conhecimento categorizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nem mesmo as reais condições, redistribuições e acesso aos incentivos e fomentos dos editais das agências (regionais, nacionais, internacionais), quando comparado ao cenário do norte global. As agências, muitas vezes, se espelham nos modelos e controle de qualidade do norte global e cobram padrões de internacionalização em forma de patentes e/ou outras formas que sugerem

retornos lucrativos enquanto projetos mais atrativos para serem financiados, desprestigiando, desqualificando e mantendo assimetrias entre as áreas de conhecimento (Almeida Filho, 2016; Marques, Moura e Soares, 2023; Teixeira, Marqueze e Moreno, 2020)

Dentro dessa lógica produtivista neoliberal, Gaulejac (2017; 2021) cunha o termo de gestão paradoxal para sublinhar as contradições, as assimetrias e injustiças que atravessam a organização do trabalho, configurando um modo específico de gestão que, necessariamente, foi desenhado para adoecer as pessoas (Gaulejac, 2007). Isso ocorre por questões paradoxais nas quais, de forma resumida, são exigidos resultados dos sujeitos, com certa frequência, quantidade e qualidade, sem dar os recursos materiais e imateriais (infraestrutura adequada, equipamentos, treinamentos, suporte financeiro, organizacional e psicossocial, direitos trabalhistas e acesso à saúde de forma digna, entre outros) para que esses mesmos resultados cobrados pela organização sejam cumpridos.

Para tanto, no caso das universidades, para que esses resultados sejam cumpridos, novas estratégias de gestão surgem, imperando a violência neoliberal travestida de assédio, cobrando os resultados por meio de ameaças, construindo um espaço hostil e de constrangimento. Assim, há um efeito cascata desencadeando uma colonização das subjetividades dos sujeitos na academia, no qual o MEC, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e a CAPES, pela Sucupira, exigem que os cursos e programas atendam uma série de critérios. A partir das normativas e regulamentações, os coordenadores cobram dos professores que cobram dos estudantes, sem a sensibilização e condições necessárias para que o processo ocorra com equidade, democracia, dignidade e saúde.

Frente à tamanha complexidade em questão, o objetivo deste ensaio é promover reflexões críticas sobre a gestão paradoxal e as violências do sistema político-econômico neoliberal globalizante travestidas de assédios na universidade e como essas configurações impactam, principalmente, a saúde psíquica (mental), dos sujeitos que constituem o contexto acadêmico.

Os procedimentos metodológicos envolveram a busca por fontes secundárias, especificamente documentos acadêmicos físicos e eletrônicos, submetendo-os ao método de leitura científica. Segundo Silva, Bervian e Cervo (2007), tal método consiste na busca e seleção das fontes que vão ao encontro dos propósitos da construção do manuscrito

acadêmico pretendido e sistematizar leituras crítico-reflexivas dos materiais selecionados, viabilizando a concretização de interpretações, análises. Foi realizada, então, uma análise teórica embasada em literatura interdisciplinar relacionada ao tema. Os materiais selecionados foram estruturados em três seções de discussão.

UNIVERSIDADES E O CAPITALISMO NEOLIBERAL GLOBALIZANTE

A universidade é um ambiente complexo que se estende para além das estruturas físicas do campus e permeia diversos espaços sociais, interações interpessoais e conexões emocionais (Goulart, 2019). De acordo com Gonçalves e Ambar (2015), os sinais de violência e sofrimento psicológico, sejam eles de natureza simbólica ou física, muitas vezes passam despercebidos pelas universidades. Portanto, torna-se evidente a necessidade de trabalhar temas que carregam vivências de prazer e sofrimento na vida universitária. O assédio moral e/ ou sexual torna-se cada vez mais vivenciados nessas instituições e a temática de saúde mental atravessa e é atravessada por esse problema, no sentido de trazer à tona o sofrimento e oferecer estratégias de prevenção e enfrentamento, além de compreender e refletir sobre o sistema maior que constitui a complexidade desses temas.

Segundo Goldstein, Mosqueira e Demouliere (2022) as políticas educacionais implementadas no ensino superior brasileiro sofrem impactos negativos desde a década de 1990, quando os principais órgãos públicos de fomento à pesquisa começaram a condicionar a liberação de verbas segundo critérios burocráticos e produtivistas, mais alinhados à produção de mercadorias do que ao conhecimento. Constatou-se na pesquisa dos autores (2022) que estudantes que não atingem uma pontuação específica são impedidos de se matricular em disciplinas determinadas. Além disso, há a ocorrência de aposentadorias precoces tanto de técnicos adoecido pelas hostilidades interpessoais e culturais da academia (Santos, et al., 2023), quanto por professores que ainda poderiam contribuir significativamente para a formação e pesquisa, mas que não conseguem se adaptar ao volume de demandas impostas (Goldstein, Mosqueira e Demouliere, 2022).

Segundo Maués (2011), um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca o papel das universidades na promoção de competências e atitudes essenciais para o crescimento econômico e o sucesso individual. Isso

implica que os valores de competitividade e sucesso individual, propagados pelo mercado capitalista, sejam difundidos nas instituições de ensino superior, que passam a moldar seus estudantes para atender às demandas de lucratividade das grandes organizações.

Silva Bernardes e Rosa (2021) afirmam que é evidente que a universidade adotou uma representação clássica do indivíduo conforme os ideais capitalistas e neoliberais, retratando os estudantes como empreendedores de si mesmos. Eles são encarregados de alcançar a máxima eficiência e eficácia em seu trabalho acadêmico, otimizando seus recursos para maximizar lucros e resultados. Laval (2019) descreve esse fenômeno como neoliberalismo educacional, no qual há uma pressão sobre as instituições de ensino para atender às exigências do capitalismo contemporâneo. A competição é estabelecida como um princípio fundamental: estudantes e instituições competem entre si. Isso leva à adoção de práticas como testes e provas padronizados, além da promoção de conceitos como capital humano, competências e habilidades, que servem como estratégias para atender aos interesses do mercado. No entanto, essa abordagem mina os princípios essenciais de formação e emancipação dos estudantes, que são fundamentais para a educação.

A concepção de universidade como um espaço de diversidade, então, fica ameaçada, pois prioriza uma temporalidade acelerada em detrimento de uma formação crítica. A ideologia meritocrática, característica do ethos neoliberal, legitima exclusões e gera sentimentos de inadequação e incapacidade naqueles cujo desempenho não atinge um padrão mínimo estabelecido (Goldstein, Mosqueira e Demouliere, 2022). As demandas por produtividade acadêmica crescem, especialmente, em termos de publicações, e são cada vez mais rigorosas, enquanto simultaneamente há uma redução de direitos e contratos cada vez mais precários e temporários, especialmente para os professores em instituições de ensino privadas (Silva & Oliveira, 2020). A plataforma sucupira, por exemplo, é um meio pelo qual ocorre esse controle e um meio de instigação ao produtivismo, tanto dos professores, quanto dos estudantes, nas universidades.

A universidade tem a missão de construir vidas, futuros e possibilidades por meio da educação em seu sentido mais amplo. Ela deve formar os indivíduos para imaginar mundos possíveis e novas formas de viver, na qual a diferença, os talentos, as habilidades, as singularidades e as comunidades sejam valorizadas. A universidade deve se posicionar como um espaço de resistência, não apenas de forma reativa ao contexto social atual, mas de

maneira criativa, capaz de aproveitar o que há de melhor, seja por meio da comunicação, escrita, dança, música ou organização (Silva Bernardes e Rosa, 2021), pois essa cultura de produtivismo acadêmico (Marques, Moura, Soares, 2023; Teixeira, Marqueze e Moreno, 2020), de acordo com Machado (2022), pode representar um risco emocional para os estudantes, já que todo o esforço dedicado a esse fim, muitas vezes, visa apenas atender aos requisitos de recrutamento das grandes empresas.

No entanto, o cenário atual das universidades públicas, no Brasil, está passando por mudanças profundas, aproximando-se cada vez mais do discurso do setor privado, pautadas por metas, produtividade e lucro (Siqueira e Mendes, 2009) e, nestas dinâmicas, têm impactos diretos nos modelos de gestão, na saúde de todo o colegiado e na permanência dos estudantes no ambiente acadêmico e isso ameaça as aspirações dos jovens universitários em relação ao seu futuro profissional, além de representar uma ameaça à própria existência das universidades (Silva Bernardes e Rosa, 2021).

Vale ressaltar que esses desafios se intensificam à medida que o curso avança, preparando os estudantes para ingressarem no mercado de trabalho. Nesse cenário, em uma sociedade capitalista altamente competitiva, com poucas vagas e grande número de candidatos, a pressão por construir um currículo que se destaque na busca por emprego começa desde o início da faculdade e se intensifica no final do curso (Goldstein, Mosqueira e Demouliere, 2022).

O não cumprimento das expectativas dos estudantes pode levar a um sentimento de fracasso individual. Para lidar com esse sofrimento psíquico, os indivíduos desenvolvem mecanismos de defesa que podem comprometer sua personalidade, levando-os a se alinhar cada vez mais com os valores e cultura do ambiente empresarial (Machado, 2022). Esses mecanismos de defesa são desenvolvidos para lidar com a sobrecarga de atividades acadêmicas, resultando na normalização do produtivismo e na adaptação às normas e práticas do sistema presente nas universidades e empresas. No entanto, essa ênfase na produtividade acadêmica muitas vezes impede o desenvolvimento das habilidades emocionais e sociais dos estudantes, afetando não apenas sua capacidade de lidar com o estresse e a ansiedade do mercado de trabalho, mas também a qualidade de suas relações sociais, que passam a ser caracterizadas por uma visão competitiva e individualista. A falta dessas competências emocionais e sociais pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos psicológicos

quando os estudantes enfrentam as pressões do mercado de trabalho após a formatura (Machado, 2022).

O ambiente acadêmico não está dissociado do contexto profissional, compartilhando práticas comuns com o mundo das empresas. Essas práticas incluem a ênfase na produtividade, avaliações baseadas em detalhes quantitativos, cultura de desempenho e um ambiente que, por vezes, não favorece a cooperação, a colaboração coletiva (Azevedo et al., 2021). Assim, as aspirações pessoais dos estudantes dentro do ambiente universitário, muitas vezes, refletem aquelas encontradas no mundo corporativo. O sucesso é buscado através da consolidação de uma carreira em grandes empresas, e a competitividade é medida não apenas pelo cumprimento de metas estabelecidas pela alta liderança, mas também pela produtividade acadêmica. Essa pressão por produtividade se reflete em uma carga horária cada vez mais intensa para os cursos de graduação e na avaliação dos docentes com base na quantidade de produções e publicações acadêmicas tanto na graduação quanto na pós (Machado, 2022; Nunes e Torga, 2020).

Ao longo das últimas décadas, o cenário universitário passou por um processo significativo de diversificação. As políticas de inclusão na educação superior permitiram que uma universidade, que costumava ser vista como elitizada e distante para uma parte específica da população, se tornasse um ambiente mais inclusivo, recebendo jovens negros, estudantes oriundos de escolas públicas, aqueles pertencentes a estratos sociais desfavorecidos e estudantes que precisam conciliar seus estudos com o trabalho (Azevedo et al., 2021). Ao passo que tais políticas incentivaram e concretizaram a democratização no ensino superior, proporcionando um contexto mais diversos e inclusivo, observou-se, também, o aumento de outras lacunas e novos desafios para lidar com a complexidade e tamanha diversidade nas IES (Rodrigues, Perez e Brun, 2021). Assim, paulatinamente, notamos modelos de gestão violentos, em forma de assédio para reproduzir e manter as necessidades neoliberais que constituem o trabalho e as dinâmicas das universidades.

TRABALHO, GESTÃO PARADOXAL E ASSÉDIOS NAS UNIVERSIDADES NA ÓTICA NEOLIBERAL

Nos últimos anos do século XXI, observamos novas configurações de trabalhos, atravessados por dinâmicas que precarizam, ainda mais, tanto os direitos e as condições de

trabalho quanto a subjetividade dos sujeitos trabalhadores. Isso se deve à desregulação dos mercados financeiros que enfatizam a mundialização do capital, sem o controle do estado. Aqui, o sistema dominante é, primeiramente e essencialmente, econômico. A lógica dos meios de produção de diferentes produtos e serviços está embasada, de forma dialógica e complexa, em benefícios financeiros, influenciando, regulando, ditando, oprimindo, desafiando, constituindo, controlando e impactando o mundo do trabalho. Por isso, trata-se não somente de um sistema neoliberal, mais sim um sistema político-econômico neoliberal globalizante (Alves, 2011; Sá e Lima, 2019): político por interferir na noção, construção e acesso aos direitos trabalhistas e de cidadania; econômico-financeiro pelos modos de negociar, manipular, distribuir e comercializar bens, produtos, serviços e toda a lógica de consumo que impactam a todos a nível mundial (Gomes-Souza e Tramontano, 2023).

De acordo com Fleck (2022), o conceito de neoliberalismo é tanto vago quanto controverso, porém continua sendo crucial para compreendermos nossa época e a história das ideias políticas, econômicas e sociais contemporâneas. É imperativo distinguir os múltiplos usos do termo neoliberalismo para referir-se às diferentes transformações sociais inspiradas ou influenciadas por essas doutrinas. Na realidade, existem distintas manifestações do neoliberalismo: o foucaultiano, que o enxerga como o completo desenvolvimento do "*homo economicus*", uma espécie de antropologia que concebe o indivíduo como um empresário de si mesmo, dotado de um capital a ser valorizado, e assim, como uma forma peculiar de subjetivação que facilita uma governamentalidade máxima; o bourdieusiano, que o interpreta como um discurso de legitimação de uma série de reformas do Estado e mudanças sociais em curso nas últimas cinco décadas, um discurso baseado em uma utopia construída em torno de modelos matemáticos abstratos da economia neoclássica, embasados em premissas irrealis, mas que serve para deslegitimar toda e qualquer resistência a tais reformas e mudanças, retratando-a como um comportamento irracional; e, por último, o marxista, que o encara como a fase atual do capitalismo, caracterizada pelo fracasso em recuperar o crescimento econômico do período anterior, mas bem-sucedida na medida em que fortalece o lado do capital em detrimento do trabalho, reforçando o poder de classe e exacerbando ainda mais a desigualdade de riqueza. Braz e Silva (2020), em uma entrevista com Gaulejac, tensionam o debate sobre a economia real. Ou seja, a economia da produção, na qual Gaulejac esclarece que é uma economia territorializada, industrial, que sofreu mudanças devido a exigências de

rentabilidade e produtividade, o chamado *share holder value*. E se apropriar dessa dinâmica é *sine qua non* para a produção da própria globalização, abrindo portas para que o capital financeiro se promova enquanto um fator determinando da economia. Gaulejac complementa que hoje, na atualidade hipermoderna, há o enfraquecimento das lutas de classe, dos direitos e de espaços nos quais é possível negociar e as demandas dos trabalhadores e as demandas do capital: a foco principal e se preocupar com o valor do capital-financeiro, tornando o mercado onipotente, desenvolvendo estratégias de gestão para aumentar a quantidade da produtividade, deixando-a mais veloz, impactando nas formas de acompanhar, cobrar e mensurar e avaliar o trabalho, a partir de instrumentos quantitativos, alheios às singularidades de todo o processo.

O trabalho é instrumentalizado e mensurado por indicadores quantitativos de performance e avaliação, passíveis de transformações em indicadores financeiros. O valor do trabalho humano, então, é o valor financeiro que é gerado, sem real preocupação social ou sustentável. O sentido do trabalho é mudado para outras dimensões, que são econômico-financeiras: não há uma valorização e reconhecimento do trabalho das pessoas. O sistema de gestão é desenhado para ter um controle específico no qual há garantias de retorno financeiro, lucro, de forma que se produza mais, com menos (Gomes-Souza e Tramontano, 2023).

E isso impacta negativamente na saúde mental dos sujeitos, certo de que, ao longo da história, observamos o crescimento de casos de riscos psicossociais em forma de estresses de diferentes formas e subtipos, psicossomatizações, depressão, *burnout*, depressão, assédios e suicídio no trabalho. Notamos, então, a mudança no sentido e valor do trabalho, afetando negativamente na dignidade e saúde mental dos sujeitos trabalhadores (Braz e Silva, 2020). Portanto, os modelos de gestão no sistema político-econômico neoliberal globalizante desautorizam as organizações e o Estado de pelos possíveis adoecimentos dos trabalhadores (Gomes-Souza e Tramontano, 2023).

Gaulejac (2021) contribui com uma análise organizacional que articula duas questões. A primeira diz respeito aos esforços das organizações de mediar e criarem sistemas antagônicos e incompatíveis de produtividade. Esses sistemas são atravessados por contradições econômicas, funcionais e psicológicas. A segunda refere-se ao sistema sócio-psíquico inerente às organizações. Trata-se da questão das organizações articularem um processo de interpenetração das prescrições da organização do trabalho (normas, regras,

gestão...) de um lado e, do outro, processos de subjetivação (processos psíquicos como projeção, idealização...) dos trabalhadores, nos quais as organizações manipulam e detêm o controle simbólico sobre os trabalhadores. Assim, Gaulejac (2021) mostra que, frente às análises descritas, os trabalhadores se deparam com injunções paradoxais, conflitantes.

Para ilustrar as injunções paradoxais, Gaulejac (2021, p. 96) usa uma situação na qual uma mãe dá de presente ao filho duas gravatas: uma verde e outra vermelha. Em uma ocasião na qual o filho precisa de uma gravata, pega uma que ganhou de presente da mãe e sai do quarto. Ao ver o filho com a gravata escolhida nessa ocasião, a verde, a mãe questiona: "Você não gostou da vermelha? Por que pegou a verde?". O filho volta para o quarto e muda de gravata: da verde para a vermelha. Novamente a mãe indaga: "Você não gostou da verde? Por que pegou a vermelha?". Por fim, o filho sai uma vez mais do quarto com as duas gravatas no pescoço e a mãe, com olhar decepcionado diz: "Você vai me deixar louca".

Como podemos perceber nesse exemplo, o filho ficou sem saída com um sistema de comunicação no qual ele se encontra condenado a ser "(...) inadequado, insatisfatório e impotente e, além disso, é considerado responsável por essa situação" (Gaulejac, 2021, p. 96). Há um mecanismo de constrangimento e dominação nesse sistema em que se aprisiona o sujeito a uma submissão permanente, criando uma dupla dependência: objetiva e afetiva.

No contexto de trabalho, essa dominação não é somente psicológica, mas também organizacional, que utiliza o paradoxo como estratégia de gestão. Nessa dinâmica, a dominação organizacional ocorre quando ela pressiona os trabalhadores a adotarem, coletivamente, o conjunto de necessidades, demandas e desejos dela, em que eles se veem obrigados a adotarem como sendo deles, os condenando.

Gaulejac (2021) tece críticas sobre diferentes contradições do trabalho e apresenta, nos seus estudos, uma nova gestão paradoxal. Para o autor (2021), essa gestão exerce uma pressão psicológica intensa sobre os trabalhadores. Hoje vivenciamos novas configurações do trabalho que afetam negativamente a saúde psíquica (mental) dos sujeitos, pautadas em práticas violentas, em forma de assédios, com o discurso para otimizar e agilizar as demandas mercadológicas e de consumo, na qual se insere as IES, constituindo todo o processo de subjetivação marcado por dinâmicas individualistas, competitivas e formas de controle, dominação e colonização dos terceirizados, servidores docentes, técnicos, estudantes (Gomes-

Souza e Tramontano, 2023; Rodrigues, Perez e Brun, 2021; Santos et al., 2023; Trindade et al., 2023).

O assédio moral, fenômeno inerente ao contexto laboral, é uma violência no trabalho e tem sido um problema crescente em diferentes organizações (Manduca e Oliveira Borges, 2023). Como um indicativo de grave mal-estar, o assédio moral se desdobra em patologia, com um potencial significativo para deteriorar as condições laborais. Ele afeta diretamente a saúde, tanto física quanto mental, frequentemente desencadeando uma série de quadros psicopatológicos, incluindo estresse pós-traumático, ansiedade, depressão (Pooli e Monteiro, 2018), bem como sentimentos de desamparo, desolação, abuso de álcool e drogas, ideação suicida e tentativa de automutilação (Monteiro, 2019).

O assédio moral também é um fenômeno perpassado pelo sistema neoliberal capitalista globalizante, uma vez que as intensas pressões por produtividade e resultados contribuem e alimentam uma cultura organizacional que propaga a violência através das várias camadas e hierarquias das instituições. Esse ciclo de violência, por sua vez, perpetua um ambiente tóxico e prejudicial para todos. Especificamente nas universidades, segundo Machado (2022), as estratégias propostas para lidar com o sofrimento psíquico dos estudantes requerem o engajamento de toda a comunidade acadêmica, especialmente do corpo docente, que enfrenta uma pressão psicológica intensa. No contexto brasileiro, os professores ligados a programas de pós-graduação também enfrentam demandas por produtividade científica, o que pode resultar em sofrimento e adoecimento. Ainda, as relações de poder que permeiam as interações entre os servidores com cargos de chefia e demais servidores docentes e técnicos, as relações de ensino e orientações entre docentes e estudantes, seja da graduação ou da pós, e as interações de servidores e estudantes e os terceirizados, dentro desse contexto neoliberal produtivista hostil de manter o ritmo, quantidade e qualidade de trabalho acadêmico se revelam em forma de assédios (Nunes, Rosa Tolfo e Espinosa, 2022; Rodrigues, Perez e Brun, 2021; Santos et al., 2023; Silva, 2023; Trindade et al., 2023).

Uma pesquisa conduzida por Nunes et al. (2017) teve como propósito caracterizar as situações de assédio moral enfrentadas por servidores docentes e técnico-administrativos em uma universidade federal brasileira. Dentro da categoria de situações de assédio moral, as mais recorrentes foram estar "exposto a uma carga excessiva de trabalho" (17,3%), "realizar atividades abaixo do nível de competência" (13,5%), e "ter opiniões e pontos de vista

ignorados" (10,2%). Todas estão atreladas à uma gestão paradoxal, nas quais as duas primeiras estão relacionadas à sobrecarga de trabalho, enquanto a terceira está ligada ao isolamento e à recusa de comunicação. Isso indica que as situações mais prevalentes estão diretamente ligadas às atividades laborais dos afetados, podendo ser difíceis de identificar por eles próprios, já que muitos as consideram como parte natural do ambiente de trabalho. Além disso, observa-se que o assédio direcionado aos técnico-administrativos geralmente é perpetrado por chefes e docentes da universidade. Por outro lado, no caso do assédio direcionado aos docentes, a violência provém principalmente de outros docentes do mesmo nível hierárquico. Isso evidencia que, dependendo do grupo ao qual o trabalhador pertence, as origens da violência podem variar.

O assédio moral não cria apenas condições degradantes no ambiente de trabalho, mas também é fruto de uma lógica específica que promove as limitações das condições laborais. A lista de autores e publicações brasileiras sobre esse assunto cresceu significativamente ao longo do tempo. O assédio não se restringe apenas à Psicologia, abrangendo diversas áreas como Administração, Direito e Sociologia. Isso reflete a diversidade de publicações, perspectivas e abordagens relacionadas a essa questão (Nunes, Rosa Tolfo e Espinosa, 2022). Nesse sentido, assume-se que o assédio moral é um problema multifacetado que demanda estudos aprofundados para uma compreensão abrangente e efetivas estratégias de combate dentro das organizações.

Nunes, Rosa Tolfo e Espinosa (2019) descreveram a percepção dos servidores docentes e técnicos-administrativos de uma universidade federal localizada na região Sul do Brasil em relação às práticas e discursos organizacionais relacionados a esse problema. Uma das principais descobertas deste estudo é que a universidade não comunica de maneira eficaz suas políticas e ações em relação ao assédio moral, o que influencia na prática e na denúncia interna desse tipo de comportamento prejudicial. Foi destacado também a falta de atuação da instituição diante de situações antiéticas e comportamentos inadequados em seu ambiente de trabalho. Embora a teoria apresentada nos discursos e nas políticas institucionais seja sólida, o que realmente importa e é fundamental para o bem-estar dos trabalhadores são ações eficazes que visem a prevenir e eliminar essas práticas contaminadas.

Silva et al. (2020) aponta que angústia sentida pelos professores universitários, constantemente pressionados a atender às altas expectativas de produtividade,

frequentemente se traduz em sentimentos de isolamento e abandono. Embora essa angústia seja menos tangível em comparação com a precariedade enfrentada por trabalhadores terceirizados e professores temporários, que lidam com o trabalho informal e a perda de direitos fundamentais, sociais, trabalhistas e previdenciários, ainda assim ela abala sua segurança de forma concreta. Lemos (2011) destaca que a introdução de mecanismos cada vez mais sofisticados, concebidos pelo capital para subjugar o trabalhador e forçá-lo a aceitar condições de trabalho deterioradas, gera um processo de alienação docente. Como resultado, os docentes sentem-se cada vez mais pressionados a produzir, e essa pressão não se limita à instituição ou às agências de fomento; os próprios colegas, mesmo que de forma velada, cobram publicações e produções uns dos outros, criando um ambiente de competição. Esse ambiente pode evoluir para casos de assédio.

Outro ponto é a precarização do trabalho docente, que abrange também o controle institucional excessivo sobre o cotidiano e a qualidade desse trabalho, resultando numa perda gradual da autonomia acadêmica, muitas vezes passando despercebida pelos próprios docentes (Lemos, 2011). Esse controle excessivo muitas vezes pode se configurar como assédio, especialmente das chefias para com os liderados. Nas universidades, observa-se a implementação de sistemas de metas para atender às exigências das instituições financiadoras, reguladoras, avaliadoras e controladoras das atividades de pesquisa e pós-graduação (Borsoi, 2012).

Conforme Soboll (2008) aponta, o assédio moral configura-se como uma forma de hostilização dirigida a um indivíduo, que muitas vezes se encontra impossibilitado de se defender, resultando em graves danos físicos, psicológicos, sociais e, em casos extremos, até mesmo em problemas de saúde. A autora (2008) destaca, ainda, que ao lidar com conflitos no ambiente de trabalho, nem sempre eles se manifestam e/ou são interpretados, a priori, como comportamentos violentos, podendo haver simplesmente divergências entre as partes. Nas características do assédio moral também é considerada a frequência e a persistência de ações hostis. O assédio não se limita a incidentes isolados, mas abrange comportamentos negativos que se repetem de forma contínua e rigorosa. Embora haja debates sobre a definição de um período mínimo, existe consenso entre pesquisadores de que o assédio moral se manifesta ao longo de meses e anos, em vez de dias e semanas (Einarsen et al., 2020).

Uma característica comum a quase todas as definições de assédio moral é a dificuldade da vítima em se proteger contra ações negativas direcionadas a ela (Einarsen et al., 2020). Isso ocorre devido a um desequilíbrio de poder entre uma pessoa assediada e o agressor. Essas situações envolvem antagonismos nos quais a capacidade de ataque e defesa de cada um é desigual, mesmo entre indivíduos com funções equivalentes, status social semelhante e poder formal semelhante na organização (Nunes, Rosa Tolfo e Espinosa, 2022).

Silva (2023) aponta outros aspectos de assédio moral no trabalho, como os riscos, eles muitas vezes são invisíveis, já que sua violência geralmente não é física. Frequentemente, as palavras e gestos são as armas que minam a força das pessoas. No assédio moral no trabalho, ocorrem perseguições e pressões, com agravos à dignidade e ao direito a um trabalho que proporciona saúde física e mental. Devido à sua complexidade e múltiplas dimensões, é desafiador conceituá-lo de forma precisa.

Silva (2023) analisou estudos existentes sobre a temática, e concluiu que a sobrecarga de trabalho é uma característica que mais se destaca no contexto do assédio moral enfrentado por docentes. A organização do trabalho muitas vezes exerce grande pressão sobre esses profissionais, resultando em consequências profundas para a saúde mental e a qualidade de vida. Entre as manifestações mais frequentes desse sofrimento, destacam-se problemas psicopatológicos, como estresse, medo e ansiedade. Além disso, os estudos destacam a necessidade de abordar essa questão nos ambientes de trabalho. Como medida de intervenção, as instituições devem promover a discussão sobre o assédio moral e investir em campanhas de conscientização e palestras. Essas iniciativas visam capacitar os docentes para dirimir a banalização da violência e injustiça no contexto laboral.

Gomes-Souza e Heckmann (2023) conduziram uma pesquisa que revelou o impacto prejudicial do assédio na saúde mental das vítimas no contexto do trabalho acadêmico. O estudo teve como objetivo oferecer suporte psicossocial para detectar, avaliar e intervir em casos de assédio moral, tanto interpessoal quanto organizacional, por meio de uma equipe multidisciplinar vinculada a uma comissão dedicada à prevenção e combate ao assédio em uma universidade pública. Por meio de pesquisa qualitativa, foram realizados 92 acolhimentos de assédio e conflitos, destacando três situações distintas nas quais foram identificadas (1) condutas envolvidas, tanto de conflito quanto de (2) assédio moral interpessoal e organizacional e (3) sexual.

Nos acolhimentos, eram recorrentes nas narrativas de conflitos, violências e situações vexatórias, assediosas, a partir de modelos de gestão paradoxal. Corroborando com os estudos de Nunes e Torga (2020), tanto por parte dos servidores, quanto dos estudantes atendidos, os relatos trazidos por eles revelaram elementos de abusos de poder, questões de gênero, contexto de competitividade hostil, queixas sobre o não cumprimento e cobrança excessiva e desmedida de metas, de produtividade, bem como sobre o ritmo, quantidade e qualidade de trabalho esperado, idealizado a nível organizacional (considerando as exigências do MEC e da CAPES, sem equidade), pelas unidades de lotação/interação, na relação professor/estudante, nos curso e programas de pós da universidade (Gomes-Souza e Heckmann, 2023). Ou seja, no caso das universidades, considerando os diferentes elementos que constituem o fenômeno do assédio, o discurso da iniciativa privada presente nas IES, mesmo públicas, pautadas na lógica neoliberal globalizante, é estrutural, constituindo, integrando e, ora sobrepondo e atravessando as singularidades do trabalho acadêmico, revela-se em forma de assédios para que o trabalho alcance e mantenha tal discurso e lógica com o custo da dignidade e saúde mental de todos.

DESAFIOS E ALGUNS CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A SAÚDE MENTAL NAS UNIVERSIDADES, PERANTE O CAPITALISMO NEOLIBERAL GLOBALIZANTE

Nos dias de hoje, a noção de saúde é abordada de forma mais ampla. A saúde não é apenas a ausência de doença, mas sim o prazer de bem-estar em diversos aspectos da vida, incluindo o ambiente de trabalho, a educação e o acesso a recursos materiais que asseguram uma vida digna. Isso implica que a saúde abrange componentes que transcendem as esferas individuais e coletivas, evidenciando suas ligações com questões de cidadania e, portanto, com a política (Rosário, Baptista e Matta, 2020). Nesse sentido, é fundamental compreendê-la dentro da lógica imposta pelo sistema capitalista neoliberal, que molda nossa sociedade, bem como se apropriar de suas dinâmicas, seus limites e contornos, perante os paradoxos, contradições de tal sistema, que ameaça esta mesma saúde mental.

Em relação especificamente a saúde mental de estudantes no contexto universitário, Ariño e Bardagi (2018) apresenta uma classificação de três categorias destinadas a analisar os fatores que a literatura considera como influências de risco ou protetivas. A primeira

categoria engloba as características intrínsecas do indivíduo, tais como personalidade, estado de ânimo e aspectos cognitivos e comportamentais; a segunda aborda fatores contextuais, que incluem questões ambientais, culturais e interpessoais e a terceira categoria se concentra em elementos acadêmicos e de carreira, explorando a experiência universitária, como os processos de adaptação à vida na universidade, o desenvolvimento do estudante ao longo de sua graduação, a satisfação com a escolha do curso e a relação entre o estudante e a instituição de ensino.

Campos, Vêras e Araújo (2020) destacam que o modo de vida predominante, enraizado na lógica produtivista que permeia os ambientes acadêmicos, combinado com os processos de individualização do sofrimento, resulta em consequências significativas para a construção e a qualidade dos processos de subjetivação e significação de nossas experiências, especialmente no que diz respeito à saúde mental.

Há evidências em alguns estudos que sugerem que a transição para a vida universitária nem sempre é bem-sucedida, o que pode tornar os estudantes mais vulneráveis ao adoecimento mental. Isso pode levar ao sofrimento, conflitos de diversas origens, sintomas de transtornos mentais e, em casos extremos, até mesmo ao risco de comportamentos suicidas entre os estudantes (Anversa et al., 2018). Em face a esse sofrimento, surgem diversas estratégias viáveis para prevenir o sofrimento psicológico e promover a saúde dos discentes, como grupos terapêuticos, especialmente quando combinadas com abordagens artísticas e lúdicas. Isso envolve uma busca por métodos que considerem como características locais e contribuam para humanizar o ambiente acadêmico (Oliveira, Rosa e Nascimento, 2019).

Existem indicativos de violência e sofrimento psicológico, sejam eles simbólicos ou físicos, entre estudantes, que muitas vezes são negligenciados pelas instituições acadêmicas. O sofrimento dos estudantes pode se manifestar de várias maneiras, incluindo estresse, ansiedade, depressão, abuso de substância, ideação suicida, bem como altas taxas de reprovação, trancamento e evasão escolar (Gonçalves e Ambar, 2015). Com frequência significativa, essa violência se apresenta em forma de assédio moral e/ou sexual na universidade.

Azevedo et al. (2021) enfatiza que o contexto atual é marcado pela falta de tolerância ao sofrimento, à ansiedade e ao mal-estar, por isso é fundamental apresentar uma abordagem que não procure resolver as questões de forma imediata. É crucial adotar a perspectiva de

que as experiências e os processos que os estudantes enfrentam ao longo de sua jornada acadêmica devem ser examinados como parte de um cenário mais abrangente. Isso nos afasta de uma abordagem perigosa e simplista que tende a medicalizar a educação, o que poderia ter sérias consequências, como a intensificação dos processos de exclusão já amplamente reconhecidos. E nos afasta, também, de estratégias intuitivas, sem planejamento, para atender somente demandas pontuais, principalmente após as violências já terem tomado corpo, com efeitos prejudiciais, de forma irreversível e permanente, e nos aproxima de estratégias mais criativas, com foco no processo e ações de prevenções, acompanhando cotidianamente a formação e atuação dos servidores, estudantes e terceirizados.

Goldstein, Mosqueira e Demouliere (2022) ressaltam que na universidade, há uma intensa competição pela obtenção de notas elevadas, o que implica lidar com prazos apertados, seminários, provas e apresentações públicas, gerando, em grande parte, ansiedade, estresse, insônia, perda de apetite e outros sintomas. Esse contexto neoliberal pode levar ao esgotamento mental do aluno, exposto a expectativas idealizadas e, quando não alcançadas, ao adoecimento psicológico.

As pesquisas que se concentram na saúde mental dos estudantes exploram questões que englobam, dentre alguns problemas, os físicos, psicológicos e sociais decorrentes da vida acadêmica, a manifestação de sintomas de estresse, a análise da saúde mental a partir de experiências em estágios curriculares obrigatórios, relatos sobre projetos de extensão que empregam treinamento para promover a saúde mental dos estudantes, especificamente de serviços de atendimento psicológico focado no bem-estar dos estudantes, além de um estudo investigativo que examina os afastamentos de servidores em decorrência de transtornos mentais relacionados às questões no ambiente de trabalho. Os estudos relacionados à vida dos professores universitários no meio acadêmico abordam uma variedade de tópicos diferentes, mas também comum a dos estudantes, como o adoecimento psíquico, o uso de substâncias psicoativas, e a relação entre o processo e as condições de trabalho, com ênfase no sofrimento mental (Perez, Brun e Rodrigues, 2019).

Alarcon e Guimarães (2016), realizaram um estudo que visou estimar a prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) e os fatores associados entre servidores técnico-administrativos e docentes de uma universidade pública no Brasil, por meio de uma pesquisa epidemiológica de corte transversal, no qual o indicador principal foi a prevalência de TMC.

De uma população de 1545 servidores, foi selecionada uma amostra acidental de 315 participantes (36,50%) no período entre outubro e dezembro de 2013. Os participantes responderam a um Questionário Sociodemográfico e Ocupacional (QSDO) e ao Self Reporting Questionnaire (SRQ20), um instrumento de autorrelato para detectar suspeitas de TMC. A análise estatística foi conduzida com um nível de significância de $p < 0,05$, calculando a razão de prevalência e intervalos de confiança de 95%. A prevalência de TMC encontrada foi de 18,4%. Os fatores associados a uma maior prevalência de TMC, em ordem decrescente, foram: histórico de problemas de saúde relacionados ao trabalho nos últimos 12 meses, sexo feminino, doutorado como maior titulação acadêmica, faixa etária entre 33 e 40 anos, e percepção de qualidade de vida como regular. Esses resultados apontam para uma prevalência significativa de TMC entre os servidores, com variações marcantes em diferentes características sociodemográficas e ocupacionais.

Em relação aos trabalhadores terceirizados, Guimarães Junior e Ferreira (2018) propõem uma reflexão crítica sobre a interação entre a dinâmica da terceirização e os processos de subjetivação. Esses autores (2018) apresentam os resultados qualitativos de uma pesquisa que se dedicou a analisar o trabalho de indivíduos com vínculo contratual terceirizado em uma universidade pública brasileira. Utilizando as lentes teórico-metodológicas da psicodinâmica do trabalho, os resultados foram apresentados sob a forma de análises detalhadas, revelando a prevalência de condutas assediosas, desrespeito, desqualificação, menosprezo e de estruturas de trabalho instituídas que tendem a sufocar a criatividade dos trabalhadores, expondo a complexidade do processo de instrumentalização de suas atividades e levando-os a experiências de sofrimento e estagnação criativa. As possíveis estratégias diante desse cenário adverso, surgem das ações coletivas dos trabalhadores, representando formas de resistência que visam afirmar sua dignidade e garantir seus direitos, corroborando com os achados da pesquisa de Trindade et al. (2021).

A literatura que explora a relação entre o ambiente de trabalho e seus efeitos na saúde mental destaca que as condições de exploração e precariedade no trabalho causam impactos significativos na saúde de professores e outros profissionais da educação. Como resultado, tem-se produzido um aumento preocupante nos casos de adoecimento entre os docentes nas últimas décadas, sendo o sofrimento mental uma das manifestações mais prevalentes nesse quadro, diretamente relacionado às novas condições de trabalho e modelo

de gestão paradoxal (Massa, 2020; Pereira, Santos e Manenti, 2020). É importante ressaltar que, antes do desenvolvimento de uma doença mental relacionada ao trabalho, é possível identificar a presença de sofrimento psicológico associado a um conjunto de desconfortos e dificuldades que fazem parte do cotidiano profissional (Dejour, 1988).

Macêdo, Amorim e Souza (2022) entendem que o foco excessivo na produtividade acadêmica (e/ou produtivismo acadêmico), na lógica do sistema capitalista neoliberal, afeta a saúde mental de pesquisadores e orientandos nas universidades públicas brasileiras. Além disso, a crise pandêmica impactou significativamente a qualidade das produções, especialmente devido à falta de recursos e à impossibilidade de encontros presenciais para facilitar a troca de conhecimentos e experiências (Silva e Gomes, 2023). Macêdo, Amorim e Souza (2022) e Rodrigues, Perez e Brun (2021) reconhecem, também, a importância de as equipes de pesquisa, especialmente aquelas que valorizam a intersubjetividade, reservarem tempo para promover diálogos construtivos, apoio mútuo e solidariedade, mesmo que virtualmente. Esses aspectos podem desempenhar um papel protetor na saúde mental daqueles envolvidos na constante produção de conhecimento acadêmico.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde 1983, a categoria dos professores ocupa o segundo lugar no mundo em relação a doenças ocupacionais. Isso inclui uma ampla variedade de problemas, desde reações alérgicas ao estômago, distúrbios vocais e gastrite, até casos mais graves, como esquizofrenia. O estresse que afeta os professores não é considerado pela OIT como um fato isolado, mas sim como um risco ocupacional significativo na profissão (Tostes et al., 2018). Esse estresse causado pela lógica produtivista impacta também os estudantes e, outrossim, de forma mais direta ou indireta, os técnico-administrativos e terceirizados (Santos et al., 2023; Trindade et al., 2021). Antúnez et al. (2021) aponta que tanto os estudantes de graduação, quanto os de pós-graduação, enfrentam dificuldades em lidar com as demandas de produtividade, percebidas como fontes de estresse e ansiedade. Além disso, enfrentam desafios para gerenciar o tempo diante das diversas cobranças, como estudos, pesquisas, trabalho, obrigações familiares e a perda de motivação.

Goldstein, Mosqueira e Demouliere (2022) realizaram uma pesquisa e destacaram algumas situações da vida universitária identificadas como geradoras de sofrimento, e destacaram sua relação com a ordem social neoliberal. Apesar das críticas acumuladas à neoliberalização das relações interpessoais e do trabalho, os autores questionaram a naturalização da meritocracia

excludente e do produtivismo ansiogênico nas universidades. Existem diversos estudos sobre o aumento de licenças médicas, evasão escolar, trancamento de matrículas, fracasso acadêmico e suicídios na comunidade estudantil (Andifes, 2019; Leão; Ianni; Goto, 2019a, 2019b; Machado, 2022; Silva; Azevedo, 2018; Sunde et al., 2022).

Silva Bernardes e Rosa (2021), destacam a importância da institucionalização concreta de programas de atenção à saúde nas universidades. Esses programas devem se tornar políticas internacionais das instituições, integrando-se aos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e aos Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI). Essa medida visa garantir a alocação adequada de recursos, infraestrutura e pessoal para a implementação e manutenção dessas iniciativas, garantindo que elas alcancem sua finalidade principal de promover a saúde e prevenir sofrimentos e tragédias no meio ambiente.

Azevedo et al., (2021) afirma que reconhecer a importância da saúde mental ao oferecer assistência estudantil é de extrema relevância. No entanto, criar ambientes dedicados ao cuidado e acolhimento de estudantes que enfrentam sofrimento psicológico é uma tarefa complexa, envolvendo diversos agentes e variáveis. Estar em um ambiente focado na formação cidadã e profissional coloca esse cuidado em um contexto único, exigindo uma equipe de trabalho diversificada que não dependa exclusivamente de profissionais clínicos. Em outras palavras, estar em uma universidade é uma realidade distinta de um ambulatório ou hospital. Essa particularidade caracteriza a prática como um ponto de interseção entre saúde e educação e níveis de ação para além do micro (individual), mas meso (grupos, equipes, unidades, departamentos, faculdades, institutos, ...) e macro (a universidade como um todo, as universidades, de forma geral, dentro e fora dos municípios, regiões do Brasil e internacionais; movimentos estudantis, bem como a articulação e parceria sociocultural com demais comunidades não acadêmicas: Estado, sindicatos, órgãos nacionais e internacionais, ...).

Tundis e Monteiro (2018) ressaltam que o comprometimento da saúde mental dos professores é um problema que afeta a área educacional, independentemente do nível de ensino e da instituição (seja pública ou privada). Esse comprometimento impacta diretamente na coordenação do trabalho, nas relações previstas no ambiente educacional (entre professores, professores-estudantes e professores-gestores da instituição; técnico-administrativo; terceirizados e todos eles em diferentes configurações de interações) e na qualidade do trabalho acadêmico. Os professores enfrentam um contexto de trabalho

desafiador, experimentando tanto prazer quanto sofrimento, resultando em danos à sua saúde física e mental na busca por um equilíbrio psicodinâmico. Docentes mulheres enfrentam maiores danos físicos e condições de trabalho mais críticas em comparação aos docentes homens. Os danos à saúde dos professores também têm impactos negativos na qualidade da educação oferecida e todas as relações e interações variáveis no ambiente de trabalho, com destaque para a relação professor/estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teórico evidenciou críticas e reflexões sobre o desencadeamento das violências do sistema político-econômico neoliberal globalizante, que forjam modelos de gestão paradoxais e se revelam em forma de assédios, ressaltando práticas vexatórias e adoecedoras no contexto acadêmico. Contexto este que adota o discurso da iniciativa privada, mercantilizando as práticas de ensino, pesquisa e extensão no ensino superior, impactando negativamente nos processos de subjetivação, nas dimensões políticas e de direitos, na dignidade e saúde mental que constituem as dinâmicas e agentes do trabalho acadêmico.

O planejamento, leituras e concretização das interpretações e análises neste manuscrito possibilitaram novos olhares e encaminhamento. Nota-se assimetrias na produção de pesquisas sobre os demais agentes que integram e tornam possível o trabalho acadêmico: os técnico-administrativos e terceirizados. Apesar de que encontramos estudos sobre eles, o cenário das universidades acaba sendo centrado e resumido, muitas vezes, na icônica figura da relação professor/estudante, e os desdobramentos que configuram essa relação na graduação e na pós. Essa centralidade dificulta a compreensão mais macro e aprofundada sobre a complexidade do trabalho acadêmico, principalmente adotando como ponto de análise algo mais estrutural como o sistema político-econômico neoliberal globalizante como núcleo gravitacional para entender e intervir nas dinâmicas de gestão paradoxal advindas de tal sistema e como isso impacta e constitui as condutas assediosas e adoecimentos nas IES.

Ressaltamos uma crítica especificamente sobre o assédio, uma vez que, na literatura, acompanhamos uma dificuldade de identificação do fenômeno, principalmente da parte mais jurídico-administrativa do processo, invisibilizando o assédio, gerando ainda mais desamparo e angústia às vítimas. Esta invisibilização se dá porque há falhas procedimentais e metodológicas

nos processos de assédios que não levam em consideração, não legitimam, legalizam, autorizam e obrigam a presença de parecer psicossocial. Isso dificulta a compreensão e o acesso à justiça das vítimas prejudicando-as em todos os contextos e papéis sociais que elas atuam, dentro e fora do contexto de trabalho. E, concebendo o contexto acadêmico como altamente competitivo, influente e reprodutor da iniciativa privada, pautado na lógica capital, mercadológica, esse cuidado deve ser redobrado, haja visto os inúmeros casos de injustiças e adoecimentos que compartilhamos aqui, para acompanhar e intervir de forma apropriada e condizente com a tamanha complexidade do fenômeno do assédio, em suas múltiplas dimensões psicossociais, para além das jurídico-administrativas. Apropriar-se das conjunturas e estruturas do neoliberalismo, uma vez mais, se revela fundamental para criar estratégias de enfrentamento e, principalmente, prevenção das violências do assédio.

Onde há gente que transforma e contribui para a manutenção e movimento do espaço acadêmico, é corresponsabilidade da universidade. Assim, a universidade deve assumir essa corresponsabilidade de todos os afetos dos agentes das IES, incentivando, adicionalmente, estudos sobre as dinâmicas externas e demais comunidades que integram a realidade das universidades, de forma macro, social. Portanto, se faz necessário a criação de projetos, políticas e programas em prol de saúde mental, acolhimento e acompanhamento de todos. E essas ações devem constar no PDI e nos projetos de todos os cursos e programas de pós-graduação, enquanto estratégias complementares da formação dos estudantes e professores, estendidos aos técnicos e terceirizados, no qual o foco seja na conscientização do sistema capitalista e mercantilização da educação, nas formas mais criativas e saudáveis de prevenção e enfrentamentos das violências geradas por este sistema, em forma de assédios, para a promoção de mais dignidade no trabalho acadêmico. Assim, recomenda-se, ainda, a criação de espaços de diálogo e escuta que contribuam na reflexão, crítica e ação por parte da comunidade universitária a identificar e abordar questões das violências do capitalismo em forma de gestão paradoxal e assédio (moral e/ou sexual), e como todas essas dinâmicas afetam a saúde mental.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

Alarcon, A. de C. R. S.; Guimarães, L. A. M. Prevalência de transtornos mentais em trabalhadores de uma universidade. **Revista Sul Americana de Psicologia**, v. 4, n. 1, p. 46-68, 2016. <https://encurtador.com.br/ckAGI> Acesso em: 02 fev. 2024

Andifes. V. **Pesquisa nacional de perfil socioeconômico dos(as) graduandos(as) das IFES 2018**. Brasília, DF: Andifes, 2019.

Almeida, A. et al. O Estado avaliador e o neoliberalismo: tensões e tendências na avaliação da educação superior. **Meta: Avaliação, Rio de Janeiro**, v. 13, n. 41, p. 944-959, 2021. <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v13i41.3585> Acesso em: 04 mar. 2024

Almeida Filho, N. A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. Vikings. **Revista Lusófona de Educação**, v. 32, n. 32, p. 11-30 2016. <https://encurtador.com.br/agh49> Acesso em: 21 fev. 2024

Alves, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Estudos do Trabalho**, v. 5, n. 8, p. 1-31, 2011. <https://encurtador.com.br/foKY4> Acesso em: 18 mar. 2024

Antúnez, A. E. A. et al. Rodas de conversa na universidade pública durante a pandemia covid-19: educação e saúde mental. **Construção psicopedagógica**, v. 30, n. 31, p. 6-18, 2021. <https://encurtador.com.br/cABFS> Acesso em: 19 mar. 2024

Anversa, A. C. et al. Qualidade de vida e do cotidiano acadêmico: uma reflexão necessária. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 3, p. 626-631, 2018. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1185> Acesso em: 29 mar. 2024

Ariño, D. O.; Bardagi, M. P. Relação entre fatores acadêmicos e a saúde mental de estudantes universitários. **Revista psicologia em pesquisa**, v. 12, n. 3, 2018. <https://encurtador.com.br/cmpt1> Acesso em: 04 mar. 2024

Azevedo, R. A. et al. Pelos caminhos da assistência estudantil: pensando saúde mental do estudante na UERJ. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 36-47, 2021. <https://shre.ink/8ztS> Acesso em: 23 mar. 2024

Bechi, D. Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional. *Acta Scientiarum. Education*, v. 33, n. 01, p. 139-147, 2011. <https://shre.ink/8ztx> Acesso em: 17 mar. 2024

Borsoi, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de ensino superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v15i1p81-100> Acesso em: 10 fev. 2024

- Bourdieu, P. **Homo Academicus**. Florianópolis: UFSC, 2011. <https://shre.ink/8zt8> Acesso em: 22 fev. 2024
- Campos, T.; Véras, R. M.; Araújo, T. M. de. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 10, p. 1-19, 2020. <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.15193> Acesso em: 11 mar. 2024
- Dejours, C. Le masculin entre sexualité et société. **Adolescence (Paris)**, v. 6, n. 1, p. 89-116, 1988.
- Dias, C. A.; Siqueira, M. V. S.; Medeiros, B. N. Tédio e trabalho nas organizações: do mal-estar à ressignificação. **Subjetividades**, v. 19, n. 2, p. 1-13, 2019. <http://hdl.handle.net/1843/41747> Acesso em: 12 fev. 2024
- Ferreira, D. M. Homo Academicus: crise identitária e prática científica. **Signótica**, v. 24, n. 2, p. 287-303, 2012. <https://doi.org/10.5216/sig.v24i2.17078> Acesso em: 15 mar. 2024
- Fleck, A. O que é o neoliberalismo? Isto existe?. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 29, n. 59, p. 248-269, 2022. <https://doi.org/10.21680/1983-2109.2022v29n59ID29014> Acesso em: 12 fev. 2024
- Gaulejac, V. ANGP: a nova gestão paradoxal. In: Bendassolli, P. F.; Soboll, L. A. P. (orgs.). **Clínicas do trabalho**. Belo Horizonte: Artesã, 2021.
- Gaulejac, V. Vivre dans une société paradoxante. **Nouvelle revue de psychosociologie**, v. 2, n. 24, p. 27-40, 2017. <https://shre.ink/8ztW> Acesso em: 27 fev. 2024
- Gaulejac, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: **Idéias e Letras**, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000200010> Acesso em: 19 fev. 2024
- Goldstein, T. S.; Mosqueira, S. M.; Demouliere, I. G. Vida universitária e saúde mental: A produção coletiva de cuidados na contramão da medicalização do sofrimento. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v. 11, n. 3, 2022. <https://doi.org/10.9771/re.v11i3.42147> Acesso em: 06 mar. 2024
- Gomes-Souza, R.; Heckmann, M. I. A. Moral harassment psychosocial support as prevention of illness and promotion of mental health. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 20, n. 1, p. 437-452, 2023. Acesso em: 14 mar. 2024
- Gomes-Souza, R.; Tramontano, M. C. Subjetivação e riscos psicossociais da uberização do trabalho nas dinâmicas territoriais. **Cadernos Metrôpole**, v. 26, p. 143-167, 2023. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5907> Acesso em: 14 mar. 2024
- Gonçalves, R.; Ambar, G. A questão racial, a universidade e a (in) consciência negra. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 34, p. 202-213, 2015. <https://shre.ink/8ztc> Acesso em: 19 fev. 2024

Goulart, D. M. A perspectiva da subjetividade em saúde mental: estratégias, avanços e desafios. Universidade Federal do Tocantins. UFT. **Diálogos sobre saúde mental na universidade**, 2019.

Guimarães Junior, S. D.; Ferreira, J. B. O. Sujeito em terceiro plano: uma reflexão crítica acerca da articulação entre a dinâmica da terceirização e processos de subjetivação. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 18, n. 2, p. 381-389, 2018. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2018.2.14177> Acesso em: 26 fev. 2024

Leão, T. M.; Ianni, A. M. Z.; Goto, C. S. Individualização e sofrimento psíquico na universidade: entre a clínica e a empresa de si. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 9, p. 131-143, 2019a. <https://shre.ink/8ztI> Acesso em: 20 mar. 2024

Leão, T. M.; Ianni, A. M. Z.; Goto, C. S. Sofrimento psíquico e Universidade em tempos de crise estrutural. Em Pauta: **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 44, v. 17, p. 50-64, 2019b. <https://doi.org/10.12957/rep.2019.45212> Acesso em: 20 mar. 2024

Lemos, D. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 103-118, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400008> Acesso em: 05 mar. 2024

Macêdo, S. V.; Amorim, J. L.; De Souza, M. P. G. Impasses e desafios na condução de pesquisas fenomenológicas sobre distanciamento social, ensino remoto emergencial e saúde mental em universidades públicas nordestinas. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 12, n. 28, p. 696-727, 2022. <https://shre.ink/8ztI> Acesso em: 19 fev. 2024

Machado, P. R. P. Saúde mental dos estudantes universitários: os programas de assistência psicológica da Universidade Federal Fluminense. 2022. 59f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 1-59, 2022. <https://shre.ink/8zSP> Acesso em: 15 mar. 2024

Manduca, A. P. R.; Oliveira Borges, L. Universidades públicas: dissertações e teses sobre assédio moral no trabalho. **Revista Laborativa**, v. 12, n. 1, p. 105-125, 2023. <https://shre.ink/8zS4> Acesso em: 15 mar. 2024

Marques, J. G.; Moura, D. L.; Soares, A. J. G. O produtivismo na produção acadêmica nos periódicos das ciências humanas e sociais. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 15, n. 37, p. 7-28, 2023. <https://shre.ink/8zS0> Acesso em: 28 mar. 2024

Monteiro, L. B. et al. **Quotidiano do profissional que vivencia o sofrimento por assédio moral e a sua relação com os diagnósticos de enfermagem**. 2019. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7468> Acesso em: 06 mar. 2024

Nunes, T. S. et al. Assédio moral contra servidores universitários: a realidade de uma Universidade Federal Brasileira. **El presente del futuro del trabajo II**, p. 325–331, 2017. <https://shre.ink/8zSw> Acesso em: 25 fev. 2024

Nunes, T. S.; Rosa Tolfo, S. da; Espinosa, L. M. C. A percepção de servidores universitários sobre as políticas, ações e discursos institucionais sobre o assédio moral no trabalho. **Revista Organizações em Contexto**, v. 15, n. 29, p. 191–222, 2019. <https://shre.ink/8zSE> Acesso em: 25 fev. 2024

Nunes, T. S.; Rosa Tolfo, S. da; Espinosa, L. M. C. Percepção sobre assédio moral para servidores universitários: da prática hostil a consequência da violência. **Psicologia Argumento**, v. 40, n. 108, 2022. <https://doi.org/10.7213/psicolarqum40.108.AO11> Acesso em: 02 fev. 2024

Nunes, T. S.; Torga, E. M. M. F. Assédio moral na pós-graduação: As consequências vivenciadas por docentes e discentes de uma Universidade Estadual brasileira. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, n. 11, p. 1–27, 2020. <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4883> Acesso em: 25 fev. 2024

Oliveira, E. N. et al. “Não vou nada bem”: saúde mental de estudantes universitários no contexto da COVID-19. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 30, p. 113–135, 2022. <https://shre.ink/8zSy> Acesso em: 02 fev. 2024

Oliveira, R. M. de; Rosa, C. M.; Nascimento, A. C. P. do. Os grupos psicoterapêuticos como ferramenta para a redução do sofrimento psíquico nas universidades. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 9, p. 144–156, 2019. <https://shre.ink/8zSi> Acesso em: 06 fev. 2024

Pereira, H. P.; Santos, F. V.; Manenti, M. A. Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. **Boletim de conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 9, p. 26–32, 2020.

Perez, K. V.; Brun, L. G.; Rodrigues, C. M. L. Saúde mental no contexto universitário: desafios e práticas. **Trabalho (En) Cena**, v. 4, n. 2, p. 357–365, 2019. <https://doi.org/10.20873/2526-1487V4N2P357> Acesso em: 07 fev. 2024

Pooli, A. M.; Monteiro, J. K. Assédio moral no judiciário: prevalência e repercussões na saúde dos trabalhadores. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 2, pág. 346–353, 2018. <https://shre.ink/8zSL> Acesso em: 06 mar. 2024

Rodrigues, C. M. L.; Perez, K. V.; Brun, L. G. Pesquisa e intervenção no ensino superior: considerações a partir do “dossiê saúde mental e adoecimento nas IES”. **Trabalho (En) Cena**, v. 5, n. 1, p. 136–145, 2020. <https://shre.ink/8zSo> Acesso em: 15 fev. 2024

Rosário, C. A.; Baptista, T. W. F.; Matta, G. C. Sentidos da universalidade na VIII Conferência Nacional de Saúde: entre o conceito ampliado de saúde e a ampliação do acesso a serviços de saúde. **Saúde em debate**, v. 44, p. 17–31, 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012401> Acesso em: 09 fev. 2024

- Santos, E. L. et al. Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em servidores técnico-administrativos da universidade estadual de Feira de Santana na pandemia do Covid-19. **Cenas Educacionais**, v. 6, p. 1-11, 2023. <https://shre.ink/8zSe> Acesso em: 27 mar. 2024
- Silva, M. V. M.; Azevedo, A. K. S. Um olhar sobre o Suicídio: vivências e experiências de estudantes universitários. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 7, n. 3, p. 390-401, 2018. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpdsv7i3.1908> Acesso em: 13 fev. 2024
- Silva, R. da; Bervian, P. A.; Cervo, A. L. Metodologia científica. **São Paulo: Atlas**, 2007.
- Silva Bernardes, L. V. da; Rosa, C. M. Saúde mental na universidade: reflexões sobre o contexto atual e suas implicações no campo da subjetividade dos jovens universitários. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 59, p. 219-230, 2021. <https://shre.ink/8zSs> Acesso em: 27 mar. 2024
- Silva, A. F. da et al. Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, p. 1-4, 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300216> Acesso em: 05 fev. 2024
- Silva, Q. E. F. **Assédio moral na universidade: impactos do gerencialismo no trabalho e saúde mental docente**. Corumbá-MS, 2023. <https://shre.ink/8zSQ> Acesso em: 02 fev. 2024
- Siqueira, M. V. S; Mendes, A. M. Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do discurso do setor privado. **Revista do Serviço Público**, v. 60, n. 3, p. 241-250, 2009. <https://doi.org/10.21874/rsp.v60i3.25> Acesso em: 26 fev. 2024
- Soboll, L. A. P. **Assédio moral/organizacional: uma análise da organização do trabalho**. Casa do Psicólogo, 2008.
- Sunde, R. M. et al. Fatores de risco associados ao Suicídio em universitários: uma revisão de escopo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 832-852, 2022. <https://shre.ink/8zoY> Acesso em: 26 fev. 2024
- Tostes, M. V. et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 87-99, 2018. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811607> Acesso em: 01/03/2024
- Trindade, R. A. et al. Psicodinâmica do Trabalho de Terceirizados em uma Universidade Pública. **Trabalho (En) Cena**, v. 6, p. 1-26, 2021. <https://shre.ink/8zoO> Acesso em: 27 fev. 2024
- Tundis, A. G. O.; Monteiro, J. K. Ensino superior e adoecimento docente: um estudo em uma universidade pública. **Psicologia da Educação**, n. 46, p. 1-10, 2018. <https://shre.ink/8zoV> Acesso em: 02 fev. 2024